

RIO DE JANEIRO

“TIPO COLÔMBIA”:

JOGO DE ESCALAS, CONTROLE TERRITORIAL
E SEGURANÇA URBANA

LÍCIO CAETANO DO REGO MONTEIRO

R E S U M O : *O presente artigo tem por objetivo analisar a política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro a partir de uma comparação com a experiência das políticas de segurança desenvolvidas na Colômbia nos marcos da Política de Consolidação da Segurança Democrática (2007). Numa análise comparativa, identificamos a transição de uma imagem negativa da violência colombiana, usada de diferentes maneiras para se referir à situação de violência urbana do Rio de Janeiro, para uma imagem positiva do modelo colombiano de segurança, assimilado no contexto das políticas de segurança pública na metrópole carioca. O uso do modelo colombiano como referência para analisar a política de segurança pública no Rio de Janeiro não se prende somente à transferência de experiências de políticas públicas (policy transfer), mediada pelos atores institucionais, mas inclui processos mais ou menos espontâneos, como a produção da imagem urbana (ou nacional, no caso da Colômbia), as estratégias de controle territorial, a relação entre segurança e ganhos econômicos, a combinação entre modalidades de segurança pública e segurança privada criminal e os efeitos de “integração excludente” no tecido socioespacial urbano.*

P A L A V R A S - C H A V E : *Rio de Janeiro; Colômbia; segurança pública; controle territorial; violência.*

RIO DE JANEIRO – COLÔMBIA: JOGO DE IMAGENS, JOGO DE ESCALAS

“Tipo Colômbia” é uma expressão que surge no Rio de Janeiro em meados dos anos 2000 para caracterizar situações de tensão da criminalidade violenta na cidade. Tornou-se parte do vocabulário popular do Rio de Janeiro, difundido pelo *funk* carioca. O sentido da expressão é o de identificar uma situação de violência urbana que se assemelha à imagem construída sobre o que se passa na Colômbia. Nesse sentido, o “tipo Colômbia” cantado nas letras de rap¹ é bem próximo da imagem da Colômbia que jornalistas e políticos utilizam como referência para alertarem sobre os altos índices de criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras. A diferença é que, no rap, o “tipo Colômbia” assume um sentido ambíguo de denúncia e, ao mesmo tempo, exaltação da violência. É o que podemos verificar na letra de *Uma hora da Manhã*, de MC Frank²:

1 A expressão “tipo Colômbia” aparece principalmente no rap *1 Hora da Manhã*, do MC Frank, mas também em *Árvore seca*, é nós, dos MCs Kan e Tula, em referência à favela da *Árvore Seca*, no bairro do Lins, Rio de Janeiro.

2 MC Frank nasceu no Complexo do Alemão. Depois de morar em Madureira, retornou à comunidade de origem, começou a compor suas primeiras letras de funk e emplacou diversos sucessos. Depois de se destacar com letras de rap proibido, hoje se dedica ao funk ostentação e mora num condomínio fechado.

Uma hora da manhã o bonde todo se apronta
 Desce pelas vielas no estilo tipo Colômbia...
 Pá-pum...tipo Colômbia...pá-pum tipo Colômbia...
 Tipo... tipo... tipo Colômbia...
 Um abraço resposta pros manos da Nova Brasília
 Só amigo pesado no estilo tipo guerrilha
 Pá-pum...tipo guerrilha... tipo guerrilha...
 Tipo... tipo... tipo guerrilha
 Eu sou o MC Frank mando sem perder a linha
 Sou fiel meu mano da boca da Fazendinha
 Tipo farinha...tipo farinha... Tipo... tipo... tipo farinha
 Catatau se liga aí porque agora eu vou mandar
 Abre o caminho porque aqui é nós que tá...
 Nós que tá...nós que tá...no estilo... no estilo Bagdá
 Nós que tá...nós que tá...no estilo Bagdá...no estilo Bagdá
 Quando eu tava subindo não deu para acreditar
 Tiro pra caraca no estilo Bagdá
 Se liga nequinho nessa sacanagem
 O bonde de homem bomba no estilo Osama bin Laden
 Pra quem não tá ligado, se liga na explosão
 Só muleque bomba no estilo Afeganistão pá-pum...
 Vem cá não... Vem cá não... É tipo Afeganistão [...]³

3 Nova Brasília e Fazendinha são duas comunidades que compõem o Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. “Boca” é como são chamados os pontos de venda de droga no varejo no Rio de Janeiro.

Intercalado com sons de tiros de fuzil, o rap de MC Frank constrói uma superposição de imagens da violência que conecta diferentes lugares e situações, um *continuum* entre a realidade do conflito nas “vuelas” dos morros cariocas e os vários tipos e estilos – Colômbia, guerrilha, “farinha” (cocaína), Bagdá, Osama bin Laden e Afeganistão. A livre associação que emerge numa letra de rap “proibidão” – que só circula fora de circuito comercial legal por conta das letras potencialmente censuradas – não está muito distante das construções políticas que concebem esses diferentes contextos locais e nacionais de violência como expressão de um mesmo processo.

Durante os anos de crescimento da violência urbana no Rio de Janeiro, nas décadas de 1990 e 2000, era muito comum ouvirmos nos telejornais e discursos políticos um alerta de que a situação da criminalidade carioca poderia atingir os mesmos níveis existentes na Colômbia. O país andino era o modelo de uma situação-limite dentro da América Latina, com altos índices de homicídio, infiltrações criminais em todos os poderes constituídos e uma forte projeção do poder dos cartéis nas grandes metrópoles do país. Foi a partir dos anos 1980 que a criminalidade violenta associada ao tráfico de drogas na Colômbia começou a ganhar destaque internacional tanto como exemplo de guerra urbana quanto do que se convencionou chamar de criminalidade transnacional. Os cartéis colombianos e a figura de traficantes internacionais de drogas, como Pablo Escobar, tornaram-se a imagem difundida desse novo inimigo, que se diferenciava do criminoso comum das grandes cidades, do inimigo interestatal das guerras regulares e da insurgência política dos anos da Guerra Fria.

Nos anos 2000 um novo aspecto de comparação entre Rio de Janeiro e Colômbia veio à tona: o crescimento das milícias que estabeleciam um poder territorial em favelas e zonas periféricas da cidade, quase sempre atuando com a anuência

policial. No início de 2007 o jornal inglês *The Observer* publicava uma matéria sobre o poder das milícias e os conflitos com os traficantes no Rio de Janeiro. Na reportagem o deputado estadual Marcelo Freixo dizia temer que a expansão das milícias no Rio pudesse “criar um novo cenário de violência” no Rio, similar ao crescimento dos paramilitares de direita na Colômbia (PHILLIPS, 2007). A conivência do poder público com os grupos milicianos foi apresentada como um indicador do grau de apodrecimento do aparato estatal no Rio de Janeiro, principalmente das instituições estaduais. As milícias começavam a ser identificadas como um desafio específico dentro do contexto da violência urbana carioca.

As imagens da violência colombiana são reproduzidas no noticiário televisivo, nas páginas dos jornais, na argumentação política, nos filmes e séries, etc. Empacota-se um repertório padrão: execuções sumárias feitas pelos sicários, grandes carregamentos de cocaína, infiltração e corrupção do aparelho estatal, ostentação de riquezas e consumo conspícuo dos traficantes e controles mafiosos em comunidades marginalizadas. O procedimento comum é o de reduzir a complexidade dos fenômenos de violência na Colômbia a algumas poucas imagens-síntese que rotulam mais do que esclarecem. Num mundo onde a comunicação política é cada vez mais mediada por imagens, é importante identificar os discursos enquadrados na representação dos fenômenos (WILLIAMS, 2003). As imagens-síntese são banalizadas para o grande público e chegam antes de qualquer interpretação mais sofisticada sobre os assuntos em pauta.

O que chamamos aqui de “tipo Colômbia” é o procedimento de interpretar os fenômenos da insegurança social e estatal a partir de imagens sintéticas da violência colombiana, cujos significados variam no âmbito regional sul-americano. A expressão “tipo Colômbia” propõe ao mesmo tempo um *jogo de imagens* – das imagens-síntese da criminalidade violenta colombiana que se associam às imagens-síntese da violência local nas favelas cariocas – e um *jogo de escalas* – do conflito interno colombiano em escala nacional e regional (andina e sul-americana) ao conflito urbano em escala local na metrópole carioca.

O *jogo de imagens* pressupõe uma margem de autonomia entre a imagem produzida/assimilada e a realidade fenomênica dos conflitos em questão. Não se trata de desqualificar a imagem como mero estereótipo, mas trilhar as maneiras como imagens de um país e de uma cidade habilitam múltiplos discursos e práticas a partir das analogias produzidas. O *jogo de escalas*, por sua vez, não é uma prerrogativa do pesquisador que estabelece conexões entre distintos níveis para formular hipóteses e questões, mas um recurso comum ao repertório discursivo dos diferentes atores que elaboram suas conexões interescares na prática e no discurso.

Os diferentes níveis e escalas de segurança são misturados para expressar uma ameaça difusa. Essa assimilação de diferentes níveis e escalas dentro de uma mesma lógica de segurança, muitas vezes caracterizada como transnacional, foi recorrente no período pós-11 de setembro em relação ao combate ao terrorismo. Buzan e Waever (2009) se referem a esse fenômeno como “macroseguritização”: um tipo de securitização que ocorre “em uma escala maior do que as coletividades tradicionais de um nível (estados, nações) e na qual se busca empacotar juntas as securitizações desses níveis em uma escala “mais alta” e mais abrangente” (BUZAN; WEAVER, 2009, p.257). Num sentido similar, Katharyne Mitchell (2010) explorou a transposição das narrativas urbanas do medo associado a espaços não governados na escala local

de Nova Iorque para os espaços da segurança internacional, mostrando o uso da linguagem do controle da ordem urbana – como a teoria das “janelas quebradas” e a política de “tolerância zero” – transposta para as práticas de segurança na ocupação do Iraque, a partir de 2003. No caso das “janelas quebradas”, a transposição de escalas é mediada pelo recurso a imagens cotidianas e próximas para justificar ações em lugares distantes.

A conexão Rio de Janeiro – Colômbia remete a procedimentos análogos de inserção de temas de uma “escala mais alta e mais abrangente”, seja o terrorismo global, seja a guerra às drogas nos Andes e a guerra contrainsurgente na Colômbia, numa escala menor e mais restrita, mais tangível ao cotidiano local – no caso, a cidade do Rio de Janeiro. Analisamos a superposição de imagens que conectam o nível regional sul-americano relacionado ao conflito colombiano à segurança urbana do Rio de Janeiro. O objetivo é demonstrar como a analogia entre as imagens da violência nessas diferentes escalas permite interpretar a difusão e a assimilação de modelos de segurança nos casos de Brasil e Colômbia.

A IMAGEM DE UM MODELO COLOMBIANO BEM SUCEDIDO

A partir de meados dos anos 2000 a imagem-síntese da violência colombiana passou a conviver com outra imagem, também parcial e simplória, do “sucesso” colombiano no combate às drogas e à guerrilha. A Colômbia “vitoriosa” foi difundida na mídia e em espaços políticos e institucionais através de diversos exemplos: o modelo de segurança pública de Medellín, a ordem urbana de Bogotá, a “recuperação dos territórios” da guerrilha e do tráfico, a confiança adquirida junto aos Estados Unidos, a multiplicação do aparato militar estatal pelo território colombiano e os índices positivos da segurança. Em 2009 o então diretor da polícia nacional colombiana, Óscar Naranjo, afirmava que a estrutura do tráfico de drogas na Colômbia estaria abalada pelo sucesso obtido pelas forças de segurança (VARGAS, 2011).

Essa nova imagem-síntese do conflito colombiano percorreu a América Latina, tendo favorecido a adoção do modelo colombiano no México e a difusão das lições colombianas na América Central e até mesmo no Paraguai (ABENTE, 2010). Em dezembro de 2006 o recém-eleito presidente mexicano, Felipe Calderón, declarava guerra às redes criminosas do país e à violência ligada ao tráfico de drogas, colocando as Forças Armadas como instrumento dessa nova “guerra”. Estavam lançadas as bases para a Iniciativa Mérida, programa de assistência militar e policial acordado em março de 2007 entre Estados Unidos e México e iniciado ao final do mesmo ano. A Iniciativa Mérida tinha como inspiração o *Plan Colombia*, caracterizado por um “êxito” que deveria ser replicado pelos Estados Unidos no México (VARGAS, 2011; HAUGAARD; ISACSON; JOHNSON, 2011, p.1-3). O mesmo general reformado colombiano Oscar Naranjo, que anunciara o sucesso do caso colombiano, passou a atuar, desde 2012, como assessor do presidente mexicano Enrique Peña Nieto. O colombiano foi recentemente acusado de fomentar grupos paramilitares no México como estratégia de combate ao tráfico de drogas (ÓSCAR, 2014).

As lições da experiência colombiana não tardaram em chegar ao Brasil, no contexto das soluções para a “guerra urbana”. Após a reeleição de Uribe em 2006, notícias e comentários políticos na mídia começavam a difundir “as lições da Colômbia” e o modelo colombiano de combate ao crime organizado. Foi o que apareceu, por

exemplo, no artigo de opinião de três deputados federais recém-chegados de uma visita institucional às cidades colombianas. *A lição da Colômbia* (FRUET; ARAUJO; HENRY, 2007) – e, um ano depois, na reportagem *As lições da Colômbia para o Brasil* (AQUINO, 2008). Entre os aspectos registrados pelos dois textos podemos citar: a acentuada redução dos índices de criminalidade, os programas de longa duração alheios às mudanças de governo, a desmobilização dos paramilitares, a recuperação de áreas degradadas, o policiamento ostensivo e a atuação das Forças Armadas no combate à criminalidade. A assimilação das políticas de segurança colombianas como modelo ou lição transitou entre a mídia e o poder público numa via de mão dupla, como veremos no caso do Rio de Janeiro.

A conexão Rio – Colômbia teria uma primeira escala na Colômbia logo no início de 2007. O então governador recém-eleito no Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, tendo como principal desafio de seu governo a questão da segurança pública, fez sua primeira viagem ao exterior, logo no segundo mês de mandato, justamente para a Colômbia, a fim de buscar soluções para a criminalidade urbana no Rio de Janeiro. Acompanhado dos governadores do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal, o governador Cabral visitou Bogotá e Medellín e anunciou que seu principal objetivo era o de “ver como eles [os colombianos] conseguiram recuperar áreas degradadas dentro da periferia e favelas que antes eram verdadeiros infernos e hoje são áreas tranquilas com boa qualidade de vida” (AGENCIA ESTADO, 2007). Na pauta da visita estava também o aprendizado de experiências de profissionalização e gestão da polícia. Logo, a questão da segurança foi o principal destaque da agenda do governador Sérgio Cabral, com ênfase na recuperação de áreas degradadas e na gestão policial.

O projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), lançado em dezembro de 2008, foi inspirado diretamente nas experiências colombianas de controle da violência em grandes cidades, cujos principais símbolos eram as cidades de Medellín e Bogotá⁴. Essa vinculação entre os dois projetos não é nenhuma novidade, ela consta no primeiro parágrafo da apresentação da página oficial da UPP. Antes mesmo do projeto das UPPs, por ocasião da organização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro, em 2007, o Programa Espaços Urbanos Seguros (PEUS) já introduzira uma primeira tentativa de enfrentamento da criminalidade através de sua dimensão socioambiental e comunitária, inspirada na gestão das Juntas Comunales de Bogotá. O PEUS atuou na revitalização de espaços públicos de lazer em 29 áreas de contato entre as favelas e a cidade formal, mas seu alcance e duração foram limitados (SOUZA; COMPANS, 2009).

Além da imagem do “sucesso colombiano”, a imagem da “violência colombiana” também foi recuperada para forçar uma sobreposição entre as imagens dos inimigos comuns enfrentados pelos projetos colombiano e brasileiro. Na publicação oficial *UPP*⁵, a relação entre o Rio de Janeiro e a Colômbia aparece de maneira superdimensionada, com um destaque para um inverossímil vínculo entre o Comando Vermelho (CV) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), estabelecido na década de 1980:

A história do poder paralelo do narcotráfico no Rio de Janeiro teve início nos anos 70, quando bandidos comuns se aliaram e fundaram o grupo Falange Vermelha. Na década de 80, a falange se transformou na facção criminosa “Comando Vermelho” (CV), parceiro

4 Um importante antecedente do projeto de UPP no Rio de Janeiro foi o projeto de Grupamentos de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), iniciado em 2000, em algumas poucas comunidades da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas sofreu descontinuidades ao longo dos anos seguintes e foi substituído pelas UPPs.

5 A publicação cujo título é *UPP* está disponível online no link *Livro das UPPs: a UPP veio pra ficar*. O livro impresso é difundido para autoridades como a síntese do projeto UPP, como se vê na foto da reportagem *Haiti deve receber Unidade de Polícia Pacificadora nos moldes do Rio* (HAITI, 2013).

das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que se tornaram o principal fornecedor de drogas aos traficantes brasileiros. O CV controlava o tráfico de drogas e armas e estava por trás de assaltos a bancos e roubos de carros no Rio de Janeiro. A cocaína fornecida pelas FARC foi responsável pela grande ampliação do poder dessa facção. O Brasil entrou na rota internacional da droga como ponto de distribuição e mercado consumidor. No rastro da cocaína veio o armamento pesado, como pistolas, metralhadoras, fuzis, granadas e até armas antiaéreas. Em 2001, os serviços de inteligência dos EUA, da Colômbia e do Brasil relataram que as drogas das FARC representavam 70% de toda a cocaína que entrava no Brasil. (RIO DE JANEIRO, [20--], p. 14).

A posição política expressa no documento oficial do governo do estado do Rio de Janeiro estabelece infundadas relações causais entre as FARC e o tráfico de drogas no Brasil e busca, com isso, inserir o projeto das UPPs num quadro de referência mais amplo da “guerra às drogas”, reforçando a ideia do Rio de Janeiro “tipo Colômbia”.

Para além dos documentos e discursos oficiais que estabelecem conexões explícitas entre os projetos de gestão urbana e de segurança da Colômbia e do Rio de Janeiro, propomos explorar conexões mais sutis para trilhar outras vias de comparação entre processos similares ocorridos nos dois casos. E isso não passa somente pela experiência de Medellín e Bogotá, mas, em escala mais ampla, deve trazer à tona os contextos regionais de diferentes zonas de conflito na Colômbia.

SEGURANÇA PÚBLICA TIPO COLÔMBIA

Para entender como as políticas de segurança pública desenvolvidas no Rio de Janeiro a partir de meados de 2000 foram impactadas pela experiência colombiana, é preciso ampliar a escala da gestão urbana para a escala da estratégia nacional da segurança na Colômbia. Alguns dos aspectos de comparação a serem destacados são: a relação entre segurança pública e segurança privada ilegal, a simbiose entre segurança e desenvolvimento, a fronteira móvel da segurança, a abordagem territorial e a integração excludente das áreas recuperadas. Analisaremos os três primeiros e os dois últimos separadamente.

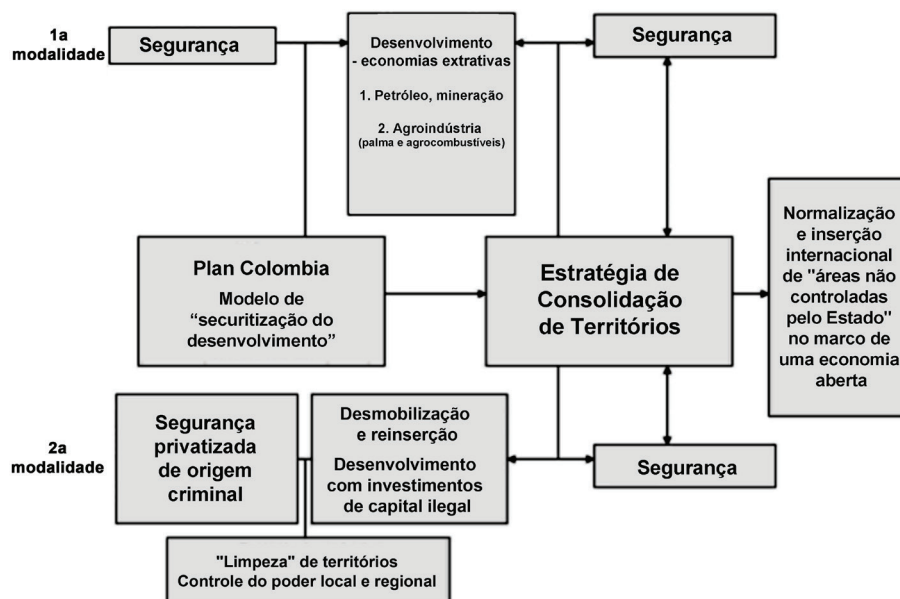
SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA PRIVADA DE ORIGEM CRIMINAL

No segundo governo Uribe (2006-2010) as políticas colombianas de segurança passaram a ser estruturadas de acordo com o que Ricardo Vargas qualificou como “consolidação da simbiose entre ‘segurança e desenvolvimento’” (2010, p.75), materializada na Estratégia de Recuperação Social de Territórios (ERST). O modelo de interpretação de Vargas analisa duas modalidades de vínculo entre segurança e desenvolvimento: a primeira se desdobra a partir das políticas públicas de segurança, como o *Plan Colombia*; a segunda a partir da “segurança privada de origem criminal”, no caso colombiano os paramilitares. Ambas desembocam na Estratégia de Consolidação de Territórios. O sentido do desenvolvimento, na abordagem de Ricardo Vargas, é limitado à dimensão das oportunidades econômicas geradas.

O esquema de Vargas chama atenção para alguns aspectos. Em primeiro lugar, ao colocar lado a lado as duas modalidades de segurança – pública legal e privada ilegal (paramilitares) –, ele possibilita enxergar suas funções comuns e possíveis arti-

culações. Na Colômbia as fronteiras móveis da segurança se projetaram sobre as zonas ocupadas pelos cultivos ilícitos e pelas guerrilhas, estabelecendo um controle territorial através das forças regulares do Exército e da Polícia Nacional Colombiana, mas também através dos grupos paramilitares. O confronto das forças oficiais e dos paramilitares contra as guerrilhas era muito mais intenso e recorrente do que o das forças oficiais contra paramilitares, o que se configuraria como um *modelo justaposto* de segurança pública legal e privada ilegal, ambos os braços atuando simultaneamente contra um inimigo comum. Com a política de desmobilização dos paramilitares, implantada a partir de 2004, o modelo justaposto passa a se configurar como um *modelo sucessivo*, no qual a segurança privada ilegal dos paramilitares é substituída pelas forças oficiais estatais colombianas.

Figura 1: Segurança e desenvolvimento: conflito armado e política pública no contexto do conflito colombiano



Fonte: Vargas (2010), traduzido pelo autor.

Em segundo lugar, a análise de Vargas destaca a dimensão econômica da recuperação dos territórios. Entre os objetivos da política colombiana está o de “converter a guerra numa oportunidade para uma maior e mais efetiva disponibilidade dos recursos naturais existentes nesses territórios, gerando condições de segurança para o investimento de grandes capitais” (VARGAS, 2010, p. 89). A fronteira móvel da segurança abre caminho para novas fronteiras de investimento, inserindo dentro da economia formal áreas estratégicas em termos de recursos naturais (petróleo, carvão, minérios, agrocombustíveis) e de logística (*pasos de frontera*, rodovias, megaprojetos), além de grandes centros consumidores e bacias de mão de obra. Em ambas as modalidades o controle territorial implica a potencial exploração econômica. Na primeira temos uma via institucional de políticas definidas através de subsídios ou de entrega de recursos pelo governo central sem um plano de desenvolvimento local comunitário. Já na segunda modalidade os capitais acumulados, num contexto de violência privada, via expropriação e domínio de mercados ilegais, são reinvestidos na

economia legal, no intuito de “normalizar e legalizar os processos de controle territorial que se cumpriram mediante o uso privatizado da força” (VARGAS, 2010, p.90-91). É um caso quase didático do que poderia ser caracterizado como “acumulação por expropriação”, no sentido de Harvey (2004).

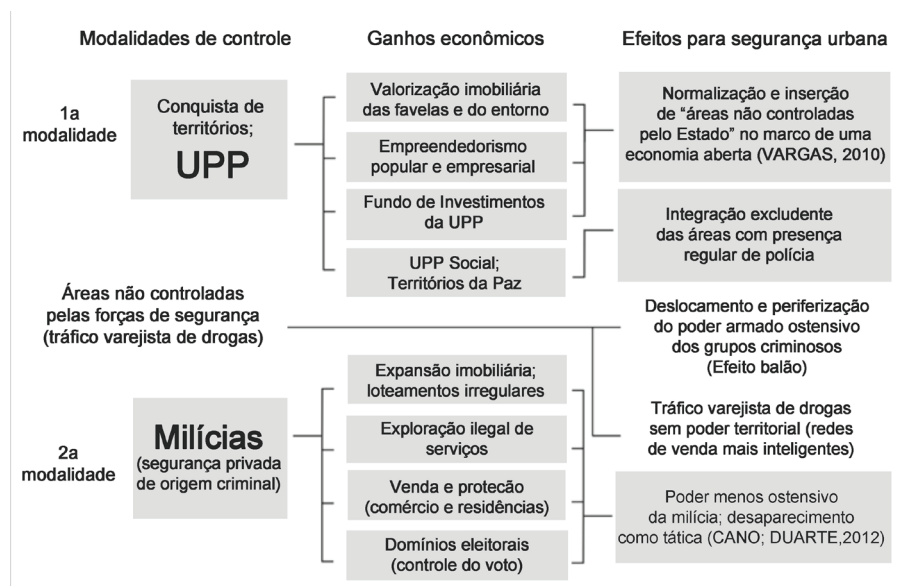
A dinâmica da violência paramilitar colombiana mesclava objetivos de guerra contrainsurgente e abertura de frentes econômicas – o que caracterizamos aqui como fronteira móvel da segurança, conceito válido também para o caso da atuação das forças oficiais de segurança. A ideia de fronteira móvel da segurança pressupõe a sucessão de momentos, de uma primeira fase de violência exacerbada para uma segunda fase de uso controlado da violência para extração das rendas de proteção e a incorporação sucessiva e permanente de novas áreas nesse processo. A demanda de segurança é difundida e suprida pelos próprios agentes da insegurança.

Ricardo Vargas (2010) traz o exemplo do processo ocorrido na região do *Bajo Atrato*, no *Urabá chocoano*, litoral pacífico norte colombiano, fronteira com o Panamá. Através de assassinatos seletivos, massacres, torturas, bloqueios econômicos e deslocamento forçado da população, a instabilidade gerada pela atuação paramilitar do *Bloque Élmér Cárdenas* (BEC) no período de confrontação contra as guerrilhas, entre 1999 e 2002, engendrou oportunidades de expropriação e aquisição de ativos desvalorizados. Esses ativos, como terras e imóveis, foram depois revalorizados com o reordenamento paramilitar do território e com a posterior desmobilização dos paramilitares e da normalização do poder público. A partir de 2002, após a expulsão da guerrilha, o foco da ação paramilitar se voltou contra a população civil, resultando em deslocamentos forçados de grupos indígenas, afro-colombianos e camponeses (7.763 pessoas deslocadas em 2002, segundo a Diocese de Quibdó), numa área que coincidia com espaços previstos para implantação de projetos de cultivo de palma africana, extração de madeira e mineração. Em 2004, com a desmobilização do BEC, os paramilitares que haviam se apropriado das terras durante o período de conflito buscaram se legitimar como interlocutores locais para as políticas de desenvolvimento pós-desmobilização. O principal líder do BEC, Freddy Rendón (“*El Alemán*”), entrega ao governo a *Propuesta de Alternatividad Social* (PASO), elaborada para reinserir os ex-combatentes paramilitares e as famílias deslocadas – pelos próprios paramilitares – em projetos agroindustriais associados aos empresários da região, além de firmar um compromisso com a extinção dos cultivos ilícitos – que eles mesmos haviam introduzido.

Situações similares podem ser encontradas em contextos urbanos, como na cidade colombiana de Cúcuta, na fronteira com a Venezuela (NOVAES; REGO MONTEIRO, 2008). A incursão paramilitar do *Bloque Catatumbo* em 1999 na região metropolitana de Cúcuta e no entorno regional se deu de forma associada à entrada de grupos empresariais, principalmente oriundos de Medellín, que tiraram vantagens do período de conflito para adquirir negócios rentáveis na cidade a preços desvalorizados. O controle paramilitar se estendia das atividades ilegais (cultivos ilícitos, tráfico de drogas e contrabando) à economia legal através da cobrança pela proteção. A economia urbana foi aquecida pelos ingressos da lavagem de dinheiro, com expansão comercial e imobiliária, num contexto de altos índices de violência e de convivência tácita do poder público. Mesmo após a desmobilização do *Bloque Catatumbo*, em 2004, a dinâmica do controle territorial exercido pelas chamadas novas “bandas criminais” persistiu, assim como o poder econômico dos agentes que se beneficiaram do período de domínio paramilitar.

O que isso tem a ver com o Rio de Janeiro? Como dissemos, as conexões entre Colômbia e Rio de Janeiro devem ultrapassar o marco das imagens-síntese da “violência” e do “sucesso” e estabelecer analogias mais complexas que permitam uma interpretação dos fenômenos cariocas à luz da experiência colombiana. Alguns aspectos podem ser colocados em destaque, como a relação entre a estratégia oficial e a territorialidade das milícias no Rio de Janeiro, a simbiose entre segurança e desenvolvimento e a “integração excludente” dos territórios marginalizados. O fluxograma, livremente inspirado no esquema de Vargas (2010), sintetiza a analogia proposta.

Figura 2: Modalidades de controle territorial, segurança e desenvolvimento no contexto da violência urbana do Rio de Janeiro



Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Vargas (2010).

A simbiose entre segurança e desenvolvimento, para ficarmos nos termos de Vargas, aparece em diferentes aspectos: a valorização imobiliária no interior das comunidades onde as UPPs são instaladas⁶ e nas áreas formais do entorno das comunidades⁷; a entrada e a formalização de serviços pagos e os novos empreendimentos locais ou introduzidos de fora sob a lógica da “abertura de oportunidades”. A parceria entre os governos municipal e estadual é complementada pela parceria empresarial para o financiamento do projeto⁸, inclusive com a criação de um Fundo de Investimentos em Participações da UPP⁹. A solução da segurança no Rio de Janeiro é difundida internacionalmente como um fator determinante para o novo momento de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro.¹⁰

Em 2011 o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas publicou um estudo sobre a viabilidade econômica das UPPs, através de uma “relação sinérgica entre segurança e economia” (NERI et al., 2011, p.44), que resultou na proposta de “Upgrades Produtivos Populares” a serem agregados ao programa de segurança. O desafio seria traduzir em ganhos econômicos e de bem-estar social os “grandes choques” promovidos pelas UPPs, através do microcrédito, da formalização e do acesso dos moradores da favela ao mercado de trabalho, configurando a “abertura

6 Segundo o estudo de Marcelo Neri et. al. (2011, p. 41), o acréscimo do aluguel nas áreas de favela com UPP foi 6,8% maior do que no “asfalto”, mas não fica claro se a comparação é feita diretamente com o “asfalto” da área de entorno das favelas com UPP ou se com a cidade como um todo.

7 A reportagem “Efeito UPP” na valorização imobiliária chega a 15% (LEITE, 2013) cita recente estudo que aponta que “15% de todo o crescimento verificado no preço médio dos imóveis da cidade, desde 2008, estão relacionados à instalação de UPPs e, conseqüentemente, à redução dos índices de criminalidade nas áreas”.

8 Empresas como EBX, Coca-Cola, Souza Cruz, Bradesco Seguros e CBF são algumas das empresas parceiras de um futuro fundo de investimentos (RODRIGUES, 2013, p. 97). O Livro das UPPs cita somente a parceria já consolidada com a EBX: “o governo, em parceria com o Grupo EBX, está investindo no reaparelhamento da polícia” (RIO DE JANEIRO, [20-], p. 31).

9 “O objetivo é organizar uma carteira de investimentos sociais em comunidades pacificadas e não pacificadas do Rio e oferecer as cotas do fundo a investidores brasileiros e estrangeiros”. (BATISTA, 2013).

10 Em 2011 o governador Sérgio Cabral Filho, durante visita a Washington, falou para uma plateia de empresários sobre o novo momento do Rio de Janeiro e o papel das UPPs: “Uma das grandes prioridades do nosso governo é a segurança pública. Vemos esse combate à criminalidade como essencial para a melhoria da qualidade de vida da população do nosso estado e como fator decisivo para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro” (RODRIGUES, 2013, p.92).

da economia das favelas”, o choque de progresso que seguia ao choque de ordem das UPPs – principalmente “nas áreas mais ricas que sofriam maiores perdas de capital em função da violência pregressa” (NERI et al., 2011, p.40).

A segurança privada ilegal, que na Colômbia ficou conhecida como grupos de paramilitares, guarda similaridade com as milícias do Rio de Janeiro, modalidade de “grupo criminoso armado com domínio de território” (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008) formado, via de regra, por agentes das forças oficiais de segurança, reformados ou na ativa. As milícias extraem seus lucros em atividades que dependem do domínio territorial exercido pelo poder armado: “empreendimentos imobiliários” em loteamentos ilegais e irregulares nas áreas de expansão urbana, cobrança por segurança privada de domicílios e estabelecimentos, controle de transporte alternativo (a “máfia das vans”), comércio de botijões de gás e serviço de TV a cabo, além da ascensão a cargos políticos e vitórias eleitorais baseadas no controle dos votos em seus domínios¹¹ (SILVA, FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 18-19).

Sobre a relação entre forças oficiais e as milícias, chama atenção o fato de que as UPPs não são implantadas nas áreas das milícias – a única exceção foi a UPP do Batan (Realengo), estabelecida em 2009. Como cartografa Eduardo Rodrigues (2013), as áreas de concentração das UPPs estão nas Zonas Sul e Norte da cidade, e as áreas das milícias na Zonas Norte e Oeste e na baixada de Jacarepaguá (entre os Maciços da Tijuca e da Pedra Branca), configurando o que chamamos de *modelo justaposto* da segurança pública e da segurança privada ilegal, de modo similar ao que ocorreu na Colômbia nos anos 1990 e 2000, mas sem qualquer programa de desmobilização das milícias, como no caso colombiano. No caso do Rio de Janeiro houve um processo de combate às milícias que transitou do poder legislativo, através da Comissão Parlamentar de Inquérito finalizada em 2008, ao poder judiciário, com a condenação de cerca de 720 milicianos, sem, no entanto, uma ação coordenada do poder executivo em seus diversos níveis.

O conflito armado se mantém ativo nas zonas de contato entre tráfico e milícia ou entre tráfico e UPP, sendo que, em 2013, ressurgiram situações de conflitos entre traficantes e forças públicas dentro das próprias comunidades ocupadas pelas UPPs. As milícias, por sua vez, sofreram o impacto das ações levadas a cabo no final dos anos 2000, mas se mantiveram ativas, agora numa atuação menos ostensiva, com menor geração de renda e aumento do número de desaparecimentos nas áreas sob controle miliciano (CANO; DUARTE, 2012). Alguns casos mais recentes corroboram nosso enfoque sobre a relação entre polícias e milícias, como na ocupação do Complexo da Maré ocorrida em março de 2014, em que as forças oficiais deixaram de fora da operação justamente as favelas da Praia de Ramos e do Parque Roquette Pinto, dominadas por milícias¹².

Por fim, o que o modelo de Ricardo Vargas nos permite concluir é que a legitimidade da ação do controle estatal pressupõe, por um lado, uma securitização do desenvolvimento, em que a inclusão socioeconômica das populações e dos territórios historicamente excluídos e em situação de ilegalidade se torna uma missão das forças de segurança; por outro lado, o “estado de segurança” proporcionado pela força pública (ou pelos paramilitares) habilita oportunidades econômicas que são aproveitadas de modo seletivo por grupos empreendedores que melhor se posicionam no novo contexto do “território conquistado” – seja pela antecipação espacial paramilitar, seja pela influência dos agentes privados nas decisões políticas que definem as áreas consideradas estratégicas para a intervenção militar.

11 Sobre a relação entre as milícias e seu poder eleitoral ver Juwer (2013).

12 A justificativa do comandante da operação era de que não fazia parte do modo de atuação das milícias reagir à presença policial. Casos como esse foram explorados em recente artigo de Eduardo Rodrigues (2014).

TERRITÓRIO: USOS E ABUSOS DE UMA NOVA PALAVRA-CHAVE

Tanto no caso do tráfico de drogas quanto no da milícia, o vocabulário “territorial” passou a ganhar destaque na caracterização do desafio de segurança a ser enfrentado. A reconquista do território e a negação do território ao inimigo se tornavam as metas a serem alcançadas. No caso das milícias, por vias diferentes, o sociólogo Ignácio Cano buscou caracterizá-las por seu domínio de território. Na Colômbia, o vocabulário “territorial” também se tornou recorrente para dar conta da explicação de fenômenos similares.

As áreas não controladas pelos Estados emergiram como um conceito decisivo difundido a partir de *think tanks* norte-americanos (VARGAS, 2010, p. 82). “Territórios sem governo” (RABASA et al., 2007), “áreas sem lei”, “áreas marrons” e “zonas cinzas” são alguns exemplos da terminologia utilizada para expressar a identificação de áreas em que o poder público não consegue exercer seu poder coercitivo e é desafiado por agentes não-estatais e/ou ilegais.

Essas formulações são bem próximas às conceituações de “Estado falido”, difundidas nos anos 1990 e 2000 para designar situações como a da Colômbia – uso criticado por Tokatlian (2008) –, em que se apregoava a incapacidade de um Estado exercer o monopólio da coerção em seu território. A diferença entre “Estado falido” e “território sem governo”, ainda que tênue, parece estar na valorização positiva do poder de Estado que o conceito de “território sem governo” postula. Quando falamos “território sem governo” o Estado pode ser forte e reconhecido, mas possuir enclaves territorializados que representam um desafio ao exercício da soberania estatal.

Colocar o “território sem governo” numa relação de exterioridade frente ao Estado tem como corolário a ideia de que esses territórios devem ser conquistados pelas forças oficiais de modo análogo à conquista de posições dentro de uma guerra. A diferença é que enquanto o “Estado falido” era ainda assim um Estado, o que insere a guerra numa lógica interestatal – ação militar unilateral ou com mandato coletivo –, a guerra em “territórios sem governo” é contra um grupo, uma organização, o que está ali como inimigo (de guerra) e criminoso, projetando o “inimigo interno” como algo externo ao corpo social a ser assegurado.

Nos casos colombiano e brasileiro o uso do termo território aparece em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, território permite expressar uma intervenção que segmenta o espaço, delimita uma área dentro de um contexto mais amplo que não se pode abarcar, uma focalização espacialmente seletiva. Em segundo lugar, o território serve para caracterizar uma perspectiva de segurança integral que compreenda todas as esferas sociais de uma determinada área, não somente a dimensão da presença ostensiva das forças de segurança pública.

No primeiro sentido o território assume uma conotação mais próxima do significado militar de terreno a ser conquistado através das incursões bélicas das forças estatais de segurança. Essa segmentação territorial gerada pela ação concentrada e delimitada numa área específica da cidade acarreta a reprodução em outra escala, ou o deslocamento para outras áreas, da mesma exclusão que redundou na anterior formação de “territórios sem governo”. Mesmo assim, a estratégia de segmentação se justifica pelo caráter “estratégico” de determinadas áreas que devem ser priorizadas pelos agentes de segurança, seja por possuírem uma posição geográfica vantajosa em relação ao acesso a fluxos e recursos estratégicos, seja pela possibilidade de

13 Nesse caso utilizam a sigla UPP devido ao valor de marca adquirido por ela no contexto da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, não se trata de uma “Unidade de Polícia Pacificadora Social”, mas de um projeto social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que é condicionado pela preexistência de uma Unidade de Polícia Pacificadora nas comunidades atendidas. A recomendação expressa no interior dos órgãos municipais é de que a sigla não deve ser escrita por extenso nos documentos oficiais. O mapa dos territórios da UPP Social está disponível no portal do Programa: <http://uppsocial.org/territorios/>.

14 Eduardo Rodrigues (2013, p.3) chama atenção de que a UPP introduz uma relação entre excluir e integrar. “As ideias expressas pelo ato de excluir e integrar variam de acordo com o contexto a ser considerado [...]. [O] complemento que emprega sentido aos verbos é a relação estabelecida entre o Estado e o problema da criminalidade violenta ligada às favelas. Se antes, o Poder Público procurava excluí-las do espaço da cidade, a proposta agora é de ‘integração’ das favelas através de alguns novos parâmetros das políticas públicas na área da ‘segurança’”.

15 Segundo Alexandre Fabiano Mendes (2012), “‘inclusão diferencial’, lembrando o comentário de Marx, produz o ‘social’ sem produzir o ‘político’, isto é, gera efeitos de igualdade, de oportunidade, de inclusão e de melhora nas condições de vida, sem associá-los necessariamente à liberdade ou emancipação. A cidade ‘partida’ dá lugar a um território mil-folhas, atravessado por uma gama infinita de diferentes estratificações. A grande interdição do muro [...] se dissolve em várias e modulares formas de integrar *diferencialmente*. O tráfico devém milícia operada por servidores públicos, o ‘gato’ devém carta de cobrança de empresas de serviço; as UPPs afixam novas oportunidades de ‘bons negócios’ em áreas faveladas”.

constituírem possíveis enclaves de segurança dissociados de um entorno violento – o mundo de “zonas verdes” e “zonas vermelhas”, como diria Naomi Klein (2007, p. 406), utilizando o vocabulário norte-americano da ocupação militar no Iraque.

No segundo sentido a abordagem territorial corresponde a atuar em todas as dimensões da vida social de uma área, envolver a população local das favelas ocupadas no Rio de Janeiro – ou nas áreas de conflito, no caso colombiano – através de ações sociais que promovam a presença e a identificação do Estado nos espaços em que antes não havia atuação ou reconhecimento do poder público. Na Colômbia essa perspectiva de controle territorial foi instrumentalizada pelos Centros de Coordenação de Ação Integral (CCAI), criados em 2004 para reunir as entidades oficiais que, com programas sociais e econômicos, passaram a complementar e apoiar a recuperação militar dos territórios (VARGAS, 2010). A Doutrina de Ação Integral (DAI) combina uso da força e ação social, coordenando princípios comuns entre a força pública e os representantes das demais instituições do Estado (COLOMBIA, 2007, p. 36; VARGAS, 2010, p. 81). No Rio de Janeiro um mecanismo similar associado à política de segurança é a chamada “UPP Social”¹³, cuja ação está dividida justamente por “territórios”, correspondentes às “áreas pacificadas”.

O território é, pois, um recurso conceitual que orienta a intervenção sobre o espaço urbano, não só no sentido de segmentar e hierarquizar o espaço, mas também no sentido de compreender a dimensão da segurança associada ao meio geográfico em que as ações estão inseridas, de modo que os aspectos da vida social não sejam indiferentes à atuação do Estado. Os dois significados podem ser entendidos como momentos distintos da atuação das forças oficiais. Na Colômbia a Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD) previa três etapas: controlar, estabilizar e consolidar (COLOMBIA, 2007). No caso da UPP o Decreto-Lei estadual 42.787 (2011) estabelece quatro etapas: intervenção tática, estabilização, implantação da UPP e avaliação/monitoramento. Nos dois casos o território como conquista militar do terreno seria correspondente às duas primeiras etapas, nas quais ocorre um uso intensivo das forças militares, com a retirada dos “grupos armados ilegais” (PCSD) ou dos “grupos criminosos ostensivamente armados” (UPP). A abordagem territorial como gestão permanente da segurança ocorreria nas etapas seguintes: consolidar (PCSD) e implantação da UPP e avaliação/monitoramento (UPP).

A INTEGRAÇÃO EXCLUDENTE ATRAVÉS DA SEGURANÇA PÚBLICA

O que chamamos de “integração excludente” – inspirado no sentido contraditório de excluir e integrar (RODRIGUES, 2013, p. 3)¹⁴ e no termo “inclusão diferencial” (MENDES, 2012)¹⁵ – pode ser verificado especificamente na maneira como o processo de inserção dos enclaves territorializados nos marcos da normalidade urbana pressupõe, por um lado, a produção de uma nova diferença entre os territórios ocupados e a cidade formal, através da gestão da vida social pela polícia nas favelas; e, por outro lado, a reprodução ampliada da territorialidade ilegal que se busca combater, através do deslocamento das dinâmicas criminosas para novas áreas – o chamado efeito balão.

O primeiro aspecto se evidencia pelo fato de que a Polícia Pacificadora passa a ser considerada como sinônimo de ação do Estado nas favelas com UPP, o que acaba preservando uma diferença em relação à cidade formal. A vida social se torna

“assunto de segurança”, como está subsumido no termo “UPP Social” ou na Doutrina de Ação Integral colombiana, e a segurança se torna o principal vetor da integração entre o “morro” e o “asfalto”. Certas imagens são paradigmáticas para entender o que chamamos de gestão policial da vida social: a visita do Papai Noel policial, cujo vermelho da roupa é substituído pelo azul simbolizando a PM (FRANCO, 2013); e a programação de visitas de crianças à sede do BOPE e ao “caveirão” (veículo blindado usado pela polícia para invadir favelas) (JOVENS, 2012). Imaginar as mesmas cenas em lugares da cidade formal deixa bem claro o sentido do “igual, mas diferente” que se impõe nas favelas com UPP. Não é o fim da “cidade partida”, mas uma nova maneira de parti-la.

O segundo aspecto é similar ao efeito balão, termo utilizado para caracterizar o efeito de deslocamento e atomização de cultivos ilícitos ou rotas de tráfico para novas áreas após o enfrentamento concentrado nas áreas mais consolidadas. No caso colombiano o efeito balão pode ser verificado tanto na alternância entre os países, verificada, por exemplo, na passagem dos cultivos ilícitos do Peru para a Colômbia na década de 1990, quanto na mudança de estrutura dos grandes cartéis dos anos 1980 e 1990 para os *baby carteles* pulverizados no território colombiano na década de 2000 (VARGAS, 2005). No caso do Rio de Janeiro podemos verificar o deslocamento e a atomização do domínio territorial do tráfico de drogas para outras áreas estratégicas, onde a atuação das forças de segurança é deficiente, ou para áreas consideradas não estratégicas, ainda mais marginalizadas no espaço metropolitano ou no interior do Rio de Janeiro.

Com a implantação das UPPs no Rio de Janeiro, tem sido recorrente o argumento de que a atuação segmentada das forças públicas não resolve o problema do poder do tráfico de drogas no conjunto da cidade por causa do deslocamento dos traficantes para áreas ainda não ocupadas. Um segundo argumento é o que coloca a diferença entre atuar contra o tráfico de drogas – cuja dimensão reticular no tecido socioespacial urbano não se esgota no controle territorial dos morros – e atuar contra o poder armado dos traficantes nas favelas – cuja dimensão territorial é mais presente –, muitas vezes tolerando de modo tácito o comércio de drogas no varejo. Esses dois objetivos às vezes se distinguem, às vezes se confundem. É possível inclusive conceber que o sucesso do projeto das UPPs seria condicionado pelo não enfrentamento direto contra o tráfico de drogas e pela diminuição dos níveis de conflito que alimentariam a necessidade de reforço armado dos traficantes. Os dois argumentos deixam entrever o quão complexas são as imbricações entre abordagem reticular e territorial do fenômeno do tráfico de drogas e das políticas de segurança.

Tomemos o caso da chamada “guerra do Alemão”, uma situação social rica em detalhes que permitem aprofundar diversos aspectos das contradições das políticas de segurança vigentes no Rio de Janeiro. Em 2010 as forças de segurança federais e estaduais, incluindo o Exército e a Marinha, mobilizaram seus efetivos para a “conquista do território” do Complexo do Alemão – o termo “conquista do território” foi repetido incessantemente ao longo da semana da operação para qualificar aquele “momento único” da cidade do Rio de Janeiro. A transmissão ao vivo¹⁶ da operação policial-militar evidenciou o *continuum* terminológico entre a mídia, particularmente a Rede Globo, os agentes diretamente envolvidos na operação, entrevistados ao vivo, e o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que faz um pronunciamento “vitorioso” na tarde do dia 28 de novembro de 2010. Todos eles repetiram o

¹⁶ As reportagens televisivas dos dias da operação e dos antecedentes foram reunidas num DVD vendido em camelôs do Centro do Rio de Janeiro nos primeiros dias de dezembro de 2010, logo após a ocupação (GUERRA, 2010).

17 A linguagem bélica utilizada pela mídia e pelo governo estadual foi analisada por Marcelo Lopes de Souza (2010) em artigo publicado na semana da ocupação do Complexo do Alemão.

18 Chatuba é uma das comunidades que compõem o Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Macarrão e FB eram líderes do tráfico de drogas no Complexo do Alemão. A Rocinha, considerada a “maior favela do Brasil”, com cerca de 70 mil habitantes, está situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, em São Conrado, bem distante do Complexo do Alemão. Ela foi ocupada pelas forças de segurança em novembro de 2011, tendo em vista a futura instalação de uma UPP, que se concretizou em setembro de 2012.

19 Outro vídeo ilustrativo apresenta os depoimentos da delegada Helen Sardemberg, intercalados com a fala dos MCs presos, incluindo uma música de protesto composta dentro da cela (CURI, 2010).

Lício Caetano do Rego Monteiro é geógrafo, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor adjunto de Geografia Humana do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), Brasil. E-mail: liciocaetano@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2014 e aprovado para publicação em julho de 2014.

mantra da “conquista do território”¹⁷ como se aquela fosse a batalha final contra o crime no Rio de Janeiro.

No entanto, a preocupação das semanas seguintes ao “Dia D” carioca era sobre o destino dos traficantes foragidos do Complexo do Alemão, principalmente os líderes do tráfico. Seguindo as pistas, duas semanas depois, a investigação policial se direcionou para os MCs do Complexo do Alemão, que, segundo os policiais, já estavam sendo investigados há mais de um ano. Num baile funk ocorrido após a ocupação, MC Frank, o mesmo do “tipo Colômbia”, e seu irmão, MC Tikão, improvisavam um rap que narra o deslocamento dos principais traficantes procurados pela polícia do Alemão para a Rocinha, comunidade ainda não inserida no projeto de UPP. A letra dizia:

O bagulho tá lá na Chatuba e lá na Fazendinha

Mas se tu não aprendeu, eu não fico de gracinha

Sabe aonde tá o Macarrão?

- O Macarrão tá lá na Rocinha

Sabe aonde tá o FB?

- O FB tá lá na Rocinha¹⁸

A possível fuga de traficantes do Alemão para a Rocinha é só uma das inúmeras conexões entre a saída de traficantes de favelas ocupadas pelas forças de segurança e realocação dos mesmos em áreas ainda “sem governo”, ocasionando o adensamento de grupos armados nessas áreas. Por outro lado, a venda de drogas no varejo, em suas conexões comerciais em rede com o mercado consumidor urbano, ganha novos contornos, mais discretos e eficientes do que aqueles baseados no poder armado ostensivo e controle territorial.

No dia 15 de dezembro de 2010 o RJTV mostrava as cenas do baile, “obtidas com exclusividade”, para transmitir quase em tempo real a operação policial que prendeu MC Frank e MC Tikão, além de outros três MCs, sob acusação de apologia ao crime, associação ao tráfico e formação de quadrilha. A ocupação militar do Alemão ganhava continuidade na disputa das narrativas possíveis sobre a própria ocupação. As “provas” da investigação policial eram os vídeos publicados na internet pelos funkeiros que cantavam os raps “proibições”. A cena do RJTV mostrava o MC Frank sendo preso em sua casa, onde a polícia apreendeu cordões de ouro. Na batalha da produção e difusão de imagens e versões da “guerra urbana” a mídia televisiva restabelecia a fala dominante com o silenciamento dos MCs. Enquanto a delegada justificava na televisão o motivo das prisões efetuadas, do lado de dentro da cela os MCs cantavam um rap composto no momento, atrás das grades: “Oh mãe, não chore não / Breve, breve estou de volta/ No Complexo do Alemão”¹⁹.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABENTE, D. Paraguay, un escenario confuso y cambiante. In: MATHIEU, H.; GUARNIZO, C. N. (Ed.). *Anuario 2010 de la Seguridad Regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: FESCOL, 2010. p. 187-193.
- AGENCIA ESTADO. Cabral diz que vai a Colômbia para aprender a recuperar áreas degradadas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2007. Disponível em: <http://brasil.

- estadao.com.br/noticias/geral,cabral-diz-que-vai-a-colombia-para-aprender-a-recuperar-areas-degradadas,20070220p14497>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- AQUINO, R. As lições da Colômbia para o Brasil. *Revista Época*, n.457, 26 maio 2008.
- BATISTA, R. UPPs terão fundo de participações ADEMI-RJ. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 01 nov. 2013. Disponível em:<http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=55899>. Acesso em: 15 dez 2013.
- BUZAN, B.;WAEVER, O. Macro-securitization and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. *Review of International Studies*, v. 35, n. 2, p. 253-276, 2009.
- CANO, I.; DUARTE, T. (Coord.). *No sapatinho: a evolução das milícias no estado do Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- COLOMBIA. Ministerio de Defensa Social.*Política de Consolidación de la Seguridad Democrática*. Bogotá: Presidencia de la República/Ministerio de Defensa Nacional, 2007.
- CURI, L. *Mc's Frank, Ticão, Smith e Max rimando na delegacia (reportagem)*, 2010. Disponível em:<http://www.youtube.com/watch?v=T_rTmkCfiIE>. Acesso em: 31 maio 2013.
- FRANCO, B. M. Policiais se vestem de Papai Noel e gnomo durante festa em favela. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2013. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1387068-policiais-se-vestem-de-papai-noel-e-gnomo-durante-festa-em-favela.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- FRUET, G.; ARAUJO, B.; HENRY, R. A lição da Colômbia: alternativas para a segurança pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 maio 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0705200708.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- GUERRA do Rio – clipping de reportagens televisivas sobre a operação de ocupação do Complexo do Alemão, 2010.
- HAITI deve receber Unidade de Polícia Pacificadora nos moldes do Rio. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 04 jul. 2013. Disponível em:<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/haiti-deve-receber-unidade-de-policia-pacificadora-nos-moldes-do-rio.html>>. Acesso em 8 set. 2013.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004 [2003].
- HAUGAARD, L.; ISACSON, A.; JOHNSON, J.*Un relato aleccionador: las lecciones del Plan Colombia para la política exterior estadounidense hacia México y otros países*. [S.l.]: LAWGEP/CIP/WOLA, nov. 2011. Disponível em <http://justf.org/files/pubs/111110_cautionary_sp.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- JOVENS da Mangueira e do Tuiuti visitam sede do BOPE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 fev. 2012. Disponível em:<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/02/06/jovens-da-mangueira-e-do-tuiuti-visitam-sede-do-bope/>>. Acesso em: 15 maio 2012.
- JUWER, V. V. S. Geografia e voto: comportamento eleitoral em espaços de controle criminoso na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 14, 2013, Lima. *Anales del 14º Encuentro de Geógrafos de America Latina*. Lima: [s.n.], 2013.
- KLEIN, N. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books, 2007.
- LEITE, R. “Efeito UPP” na valorização imobiliária chega a 15%. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/efeito-upp-na-valorizacao-de-imoveis-chega-15-11021226>>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- MC FRANK. Tipo Colômbia (rap) In: 1 Hora da Manhã, do MC Frank. Rio de Janeiro, Youtube, 2007. Disponível em:<http://www.youtube.com/watch?v=_K2bHVYma0Q>. Acesso em: 31 maio 2013.
- MENDES, A. F. Eleições do Rio: o voto dos pobres, a inclusão diferencial e a cidade do comum. *Rede Universidade Nômada*, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/eleicoes-do-rio-o-voto-dos-pobres/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

- MITCHELL, K. Ungoverned space: global security and geopolitics of broken windows. *Political Geography*, v. 29, n; 5, p. 289-197, june 2010.
- NERI, M. et al. *UPP² e a economia da Rocinha e do Alemão: do choque de ordem ao de progresso*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011.
- NOVAES, A. R.; REGO MONTEIRO, L. C. *Relatório de campo na zona de fronteira Colômbia-Venezuela: Cúcuta e Villa del Rosario (COL), San Antonio de Táchira e Ureña (VEN)*. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2008. Não publicado.
- ÓSCAR Naranjo, señalado em México de estimular paramilitarismo. *El país*, Cali, 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/oscar-naranjo-senalado-mexico-estimular-paramilitarismo>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- PHILLIPS, T. Power battle sparks street war in Brazil's City of God. *The Observer*, 11 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2007/feb/11/brazil.tomphillips>>. Acesso em: 14 dez. 2011.
- RABASA, A. et al. *Ungoverned territories: understanding and reducing terrorism risks*. Santa Monica: RAND, 2007.
- REDE Globo – RJTV. Prisão de MC Frank e MC Ticão. Youtube, 15 dez. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7hWQTxB_boE>. Acesso em: 31 maio 2013.
- REGO MONTEIRO, L. C. *Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança. *UPP*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.upprj.com/upload/multimedia/LIVRO_UPPs.pdf>. Acesso em: 8 set. 2013.
- RODRIGUES, E. O. *Um “campo de pacificação”?: algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- _____. *Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca*. Rio de Janeiro: Blog Capitalismo em Desencanto, 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://capitalismoemdesencanto.org/category/upp/>>. Acesso em: 16 maio 2014.
- SILVA, J. S.; FERNANDES, F. L.; BRAGA, R. W. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008. p. 16-24.
- SOUZA, M. L. A “reconquista do território”, ou Um novo capítulo da militarização na questão urbana. *Passa Palavra*, 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/12/32598>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- SOUZA, M. J. N.; COMPANS, R. Espaços urbanos seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 1, p. 9-24, maio 2009.
- TOKATLIAN, J. G. La construcción de un “Estado fallido” en la política mundial: el caso de las relaciones entre Estados Unidos y Colombia. *Análisis Político*, Bogotá, v. 21, n. 64, p. 67-104, set./dez. 2008.
- VARGAS, R. *Narcotráfico, guerra y política antidrogas: una perspectiva sobre las drogas en el conflicto armado colombiano*. Bogotá: Acción Andina Colombia, 2005.
- _____. *Desarrollo alternativo en Colombia y participación social: propuestas hacia un cambio de estrategia*. Bogotá: Dialogo Inter-Agencial en Colombia, 2010.
- _____. Colômbia: um caso de sucesso da guerra contra as drogas? *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2011.

WILLIAMS, M. Words, images, enemies: securitization and international politics. *International Quarterly Studies*, n. 47, p. 511-531, 2003.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the deployment of Police Pacification Units (UPP) in Rio de Janeiro from a comparison with the experience of security policies developed in Colombia within the framework of the Consolidation of Democratic Security Policy (2007). In a comparative analysis, we identified the transition from a negative image of Colombian violence, used in different ways to refer to the situation of urban violence in Rio de Janeiro, to a positive image of the Colombian security model, used in the context of policies of public security in Rio. The use of Colombian model as a reference for analyzing the public security policy in Rio de Janeiro is not only a “policy transfer” case, mediated by institutional actors. It includes other processes as the production of the urban image (or national, in the case of Colombia), the strategies of territorial control, the relationship between security and market, the combination of types of public security and criminal private security and the effects of “exclusionary integration” in the urban socio-spatial tissue.*

KEYWORDS: Rio de Janeiro; Colombia; public security; territorial control; violence.